

USOS DA CORTIÇA NA CONSTRUÇÃO CORRENTE TARDOMEDIEVAL E QUINHENTISTA

MANUEL SÍLVIO ALVES CONDE¹

A historiografia persiste em obliterar os usos da cortiça na construção corrente medieval e quinhentista. Demandámo-los em vão nas grandes sínteses europeias, desde o clássico de Chapelot e Fossier² ao muito recente livro de Bernardi³. Nas sínteses nacionais, não lobrigámos mais que uma única e curtíssima menção à “aplicação [da cortiça] na cobertura de casas e de currais para o gado”⁴. Se a ausência da cortiça nas primeiras não surpreende, perante a escassa atenção prestada pelas mesmas ao espaço português – aquele onde o sobreiro tem uma expressão mais alargada –, custa a entender por que, nas obras nacionais, a sua relevância, enquanto material de construção, é igualmente omitida. Talvez a nossa historiografia esteja demasiado amarrada à ideia comum de que a cortiça serve apenas para “fazer rolhas”, ou excessivamente submetida ao esquema tutelar do grande mestre Orlando Ribeiro, da dicotomia entre a “civilização do granito” no Norte de Portugal, e a civilização do barro” no Portugal Mediterrânico⁵, ao ponto de rasurar o que diverge do consagrado paradigma.

Todavia, a utilização da cortiça na cobertura de habitações fora já realçada por Bernardim Ribeiro, em meados do século XVI, ao falar, na sua *Menina e Moça*, na “choupana de sebes, cortiçada por cima”, a par de uma fogueira grande, junto à qual, deitado sobre rama verde, repousava um velho pastor⁶. Em fins de Setecentos, uma

¹ Universidade dos Açores, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa e CITCEM.

² Jean Chapelot e Robert Fossier, *Le village et la maison au Moyen Âge*, Paris, 1980.

³ Philippe Bernardi, *Bâtir au Moyen Âge (XIII^e-milieu XVI^e siècle)*, Paris, 2011.

⁴ Maria Rosa Ferreira Marreiros, “Os proventos da terra e do mar”, in *Nova história de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III – *Portugal em definição de fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, coord. por Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, 1996, p. 417.

⁵ Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas*, 4.^a ed. rev. e ampl., Lisboa, 1986; idem, *Geografia e civilização. Temas portugueses*, 2.^a ed., Lisboa, s/d.

⁶ *Menina e Moça de Bernardim Ribeiro*, ed. por Teresa Amado, Lisboa, 1984, p. 110.

memória apresentada por Fragoso de Sequeira à Academia das Ciências referia-se ao uso construtivo da cortiça no Alentejo, aludindo à cobertura de currais⁷. Mas foi sobretudo a partir do segundo quartel do século XX que a etnologia e a arqueologia alargaram o conhecimento da cortiça como material de construção, atestando o seu uso em âmbitos geográficos diversificados. Assim, Leite de Vasconcelos apontou a ocorrência de construções com paredes de cortiça e barro no Nordeste Alentejano⁸, enquanto Veiga de Oliveira e os seus companheiros descobriram abrigos temporários de pranchas de cortiça, nas proximidades de Setúbal, cumeeiras de cortiça, em *casolas* de colmo alto-trasmontanas, e tabiques de rodízio integrando placas de cortiça, nas terras de Basto⁹, e Abel Viana encontrou fragmentos de cortiça usada como isolante na silagem de cereal¹⁰.

No âmbito historiográfico, nos anos cinquenta do século passado, Pires Antunes referiu o uso tardomedieval e quinhentista da cortiça na cobertura de habitações e, até, da primitiva igreja de Penha Garcia, na Beira Interior¹¹. Nos anos sessenta, Armando Castro reportaria idênticas aplicações na centúria de Trezentos, na Estremadura e no Alentejo¹², enquanto Vítor Pavão dos Santos salientava o emprego da cortiça nos forros das casas do Sul do País, na viragem de Quatrocentos para Quinhentos¹³. Desde o início do século XX, foi sendo publicada alguma documentação respeitante aos usos construtivos do mesmo material¹⁴.

O trabalho de edição de textos relativos à floresta avultou na década de oitenta, graças ao esforço de Baeta Neves e colaboradores, que publicaram um vasto con-

⁷ Joaquim Pedro Fragoso de Sequeira, “Memória sobre as azinheiras, soveiras, e carvalhos da província do Alentejo, onde se trata da sua cultura, e dos melhoramentos que no estado actual podem ter”, in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, t. II, Lisboa, 1990, pp. 253-271 (1.ª ed., 1790).

⁸ José Leite de Vasconcelos, “Habitação”, *Etnografia portuguesa. Tentame de sistematização*, 2.ª ed., vol. VI, Lisboa, 1983, p. 255.

⁹ Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, *Construções primitivas em Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, 1988, pp. 38-39, 56, 315.

¹⁰ Abel Viana, “Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo: Castro da Cola”, in *Arquivo de Beja*, XVII (1960), p. 151.

¹¹ A. Pires Antunes, “Penha Garcia na Ordem de Cristo”, *Subsídios para a história regional da Beira Baixa*, t. II, Castelo Branco, 1950, pp. 342, 346, 351, ref. por Albert Silbert, *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime*, 2.ª ed., vol. I, Lisboa, 1978, p. 201.

¹² Armando Castro, *A evolução económica de Portugal nos séculos XII a XV*, vol. III, Lisboa, 1965, pp. 295, 433-434.

¹³ Vítor Pavão dos Santos, *A casa no Sul de Portugal na transição do séc. XV para o séc. XVI*, dissertação de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1964, p. 50. O mesmo uso era apontado por Lopes Correia, *Mora e o seu concelho*, Évora, 1961, p. 7, sem indicação cronológica precisa.

¹⁴ Sublinhe-se a editada pelo *Boletim da Direcção Geral da Agricultura* e pelo *Boletim da Junta Nacional da Cortiça*. A publicação, em meados do século XX, de inquirições relativas a Padrões, no Baixo Alentejo, revelou a presença da cortiça na coberturas de habitações de Trezentos – Francisco Caracol Soares Victor, “Inquirições no século XIV, Almodôvar e Padrões”, *Arquivos de Beja*, t. IV (1947), p. 259.

junto de diplomas régios¹⁵, incluindo alguma documentação alusiva ao sobreiro e à cortiça. Num contexto de renovação teórica e metodológica, as teses de história rural elaboradas nos anos oitenta e noventa assentavam também em sólida investigação arquivística¹⁶. Algumas delas revelaram elementos novos relativos às utilizações construtivas da cortiça, alargando bastante o âmbito geográfico das ocorrências conhecidas¹⁷. O Médio Tejo revelou-se um espaço onde as referências aos usos construtivos da cortiça em finais da Idade Média eram numerosas, como procurámos relevar na dissertação de doutoramento e em trabalhos posteriores¹⁸. Todavia, parecia-nos então tratar-se de um fenómeno circunscrito a um determinado espaço-tempo.

O trabalho realizado nos primeiros anos deste século no âmbito de um projecto de investigação dirigido por Iria Gonçalves¹⁹ viria a permitir um conhecimento mais preciso da dimensão do fenómeno. Começou-se a perceber, a partir dos trabalhos realizados por Iria Gonçalves²⁰, Gilberto Moiteiro²¹, Sílvio Conde e Marina Vieira²²,

¹⁵ *História florestal, aquícola e cinegética. Colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre de Tombo – Chancelarias Reais*, vol. I (1208-1483), vol. II (1439-1481), vol. III (1481-1493) e vol. IV (1495-1521), Lisboa, 1980-1983.

¹⁶ Cf. Luís Carlos Amaral, “Half a Century of Rural History of the Middle Ages in Portugal: A Possible Overview”, in *The Historiography of Medieval Portugal*, dir. por José Mattoso, Lisboa, 2011, pp. 303-321 (especialmente pp. 311-317).

¹⁷ Iria Gonçalves, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, 1989, p. 115; Stéphane Boissellier, *Naissance d'une identité portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (X^e-XIV^e siècles)*, Lisboa, 1998, pp. 172, 472, 683; Manuel Sílvio Alves Conde, *Uma paisagem humanizada. O Médio Tejo nos finais da Idade Média*, vol. I, Cascais, 2000, pp. 143, 150, 154-155, 252-253, 283, 213, 314-315, 319, vol. II, Cascais, 2000, p. 424.

¹⁸ Manuel Sílvio Alves Conde, *Construir, habitar: a casa medieval*, Braga, 2011, pp. 27, 75-76, 87, 127, 173-176, 217.

¹⁹ Referimo-nos ao projecto *Paisagens rurais e urbanas entre a Idade Média e os Tempos Modernos – Fontes para o seu estudo*, financiado pela FCT (POCTI /HAR/35069/99), que procedeu a um levantamento de fontes arquivísticas, com destaque para os tombos das ordens militares e de outras instituições, e dinamizou o estudo dessa documentação. Na sequência daquele, realizou-se em Ponta Delgada, Angra e Lisboa, a IV Oficina da SPEM, sobre *A Cidade e Campo*; depois, o autor destas linhas coordenou na Universidade dos Açores o projecto *A casa da Ibéria Ocidental e da Macaronésia e o seu contexto rural e urbano (séculos XIV-XVI)*, financiado pela DRCTA (M2.1.2/I/028/2006), dando continuidade, num e noutro caso, ao trabalho realizado no projecto inicial.

²⁰ Iria Gonçalves, “A construção corrente na Beira Interior nos finais da Idade Média”, *III Congresso histórico de Guimarães – D. Manuel e a sua época (24-27 de Outubro de 2001)*, Actas, vol. III – *População, sociedade e economia*, Guimarães, 2004, pp. 101-124.

²¹ Gilberto Coralejo Moiteiro, “Uma comenda da Ordem de Cristo no Sudeste da Beira – Penha Garcia nos inícios do século XVI”, *III Congresso histórico de Guimarães – D. Manuel e a sua época (24-27 de Outubro de 2001)*, Actas, vol. III, cit., pp. 307-333.

²² Manuel Sílvio Alves Conde e Marina Afonso Vieira, “A Comenda da Ordem de Cristo do Mogadouro nos alvares de Quinhentos. Subsídios para o estudo da paisagem e do povoamento do Leste de Trás-os-Montes entre a Idade Média e os Tempos Modernos”, in *As Ordens Militares e de Cavalaria na construção*

com recurso aos tombos da Ordens Militares e de outras instituições, e também, nalguns casos, às representações elaboradas por Duarte de Armas, que os usos da cortiça na construção se repartiam entre a cidade e o campo, a construção de prestígio, a casa comum e os edifícios adjacentes. E ainda que esses usos construtivos não revestiam um carácter marginal, antes abrangiam uma parte apreciável do País, do Norte Trasmontano ao Sul Mediterrânico.

Na primeira década do século XXI, afirmaram-se outros investigadores, abrindo vias ainda não conhecidas, ou insuficientemente exploradas. Entre estes, merecem destaque os trabalhos de Rui Fontes Ferreira²³, cuja pesquisa arqueológica permitiu conhecer melhor as aplicações da cortiça em alvenarias, e a recente dissertação de Joana Guerreiro Silva, que, além de um estudo consistente das aplicações da cortiça na arquitectura conventual, apresentou uma inovadora abordagem dos processos construtivos, ao nível de coberturas, paredes e tabiques, pavimentos e forros, propondo, pela primeira vez, uma visão global do tema²⁴.

O sobreiro (*Quercus suber*) é um dos carvalhos autóctones, de folha perene, distinguindo-se dos demais pela sua casca suberosa bastante espessa – a cortiça –, que se mantém ao longo de toda a vida da árvore e se regenera por completo, sempre que extraída²⁵.

A sua área de vegetação, bastante restrita, está confinada à bacia ocidental do Mediterrâneo, na zona de transição entre as florestas densas e os desertos, entre os paralelos 44° a norte e 33° a sul. O sobreiro encontra as melhores condições vegetativas nos espaços sob influência atlântica, com pequenas oscilações térmica anuais e estios longos e secos, suavizados pela presença do mar. Tem o seu óptimo ecológico no sudoeste da Península Ibérica, detendo Portugal mais de um terço da área que a espécie ocupa no mundo.

Se hoje, para além de algumas manchas de povoamento no Nordeste Trasmontano, o sobreiro se concentra nas bacias do Tejo e do Sado e na costa alentejana,

do Mundo Ocidental; Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares, coordenação de Isabel Cristina F. Fernandes, Lisboa, 2005, pp. 555-588; “A habitação e a arquitectura corrente do Norte Trasmontano em finais da Idade Média”, in *Paisagens rurais e urbanas: fontes, metodologias, problemáticas*, vol. I, Lisboa, 2005, pp. 65-122 (e em *Construir, habitar: a casa medieval*, cit. pp. 17-67).

²³ Rui Fontes Ferreira, “Construções de cortiça e terra de Cortiçadas do Lavre”, *Almorsor – Revista de cultura*, n.º 14, Montemor-o-Novo, 2000, pp. 325-339; “Cortiça na arquitectura tradicional portuguesa: um material construtivo ignorado”, in *Arquitectura da terra em Portugal*, Lisboa, 2005, pp. 114-118.

²⁴ Joana I. M. Guerreiro Silva, *A utilização da cortiça na arquitectura tradicional portuguesa*, prova final para licenciatura em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2009.

²⁵ Augusta Costa e Helena Pereira, “Montados e sobreirais: uma espécie, duas perspectivas”, in *Os montados. Muito para além das árvores*, coord. por Joaquim Sande Silva, Lisboa, 2007, pp. 17-37; Helena Pereira, “A cortiça – um material único”, in *ibidem*, pp. 59-75.

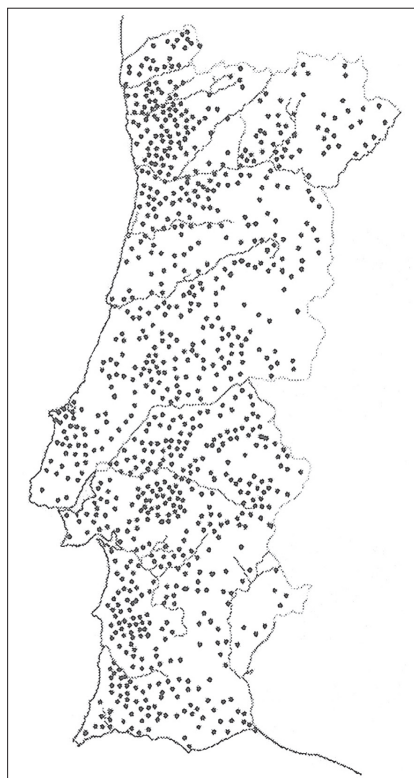
no passado²⁶, a sua distribuição era bem diferente²⁷. Há escassos sessenta anos, aquela concentração já se evidenciava, mas os povoamentos de sobreiro ocorriam igualmente tanto no Norte e Centro Interiores, como no Entre Douro e Minho e Beira Litoral.

Os dados da documentação e a toponímia²⁸ permitem inferir que, no final da Idade Média, o sobreiro se distribuía de forma bastante homogênea por quase todo o território português. O processo de delapidação generalizada da floresta, em curso desde há alguns séculos, afectaria gravemente os sobreirais. Onde e quando a pressão demográfica era mais intensa e as condições eram propícias ao aproveitamento agrícola, procedeu-se à desflorestação: as matas, sobreirais incluídos, regrediram drasticamente, para dar lugar às terras de pão. Noutros casos, a antropização traduziu-se no desadensamento dos sobreirais, com limpeza das matas; reconhecia-se, assim, a valia do sobreiro, mantendo-se alguns indivíduos da espécie,

²⁶ *Atlas do ambiente. Notícia explicativa da distribuição de azinheira e sobreiro*, Lisboa, 1989; Orlando Ribeiro, Hermann Lautensach, Suzanne Daveau, *Geografia de Portugal*, vol. II – *O ritmo climático e a paisagem*, Lisboa, 1988, pp. 551-552, 568, 583-584, 593; vol. IV – *A vida económica e social*, Lisboa, 1991, pp. 947, 954-957, 1001, 1008, 1015-1017, 1070-1071, 1259; Orlando Ribeiro, “O campo e a árvore em Portugal”, *Opúsculos geográficos*, vol. IV, *O mundo rural*, Lisboa, 1991, pp. 74-79; Albert Silbert, *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime*, 2.^a ed., vol. I, Lisboa, 1978, pp. 199-202; vol. II, Lisboa, 1978, pp. 460-462; Vergílio Taborde, *Alto Trás-os-Montes. Estudo geográfico*, Coimbra, 1932, pp. 96-97; José António Bastos Neiva Vieira, “O sobreiro, o montado de sobre e a cortiça”, in *A floresta portuguesa. Imagens de tempos idos*, coord. por Joaquim Sande Silva, Lisboa, 2007, pp. 89-122; Américo M. S. Carvalho Mendes, “O sobreiro ao longo dos tempos”, in *Os montados. Muito para além das árvores*, cit., pp. 77-106; Jorge Capelo e Filipe Catry, “A distribuição do sobreiro em Portugal”, in *ibidem*, pp. 107-113.

²⁷ Para a Antiguidade, veja-se a comunicação apresentada a este colóquio por Jorge Ribeiro e Manuela Martins, “Materiais de construção na *Bracara Augusta*”. Para os séculos XIII-XVI, cf., entre outros, Iria Gonçalves, “A árvore na paisagem rural do Entre Douro e Minho. O testemunho das inquirições de 1258”, 2.^o Congresso histórico de Guimarães. *Actas do congresso*, vol. 6, *História local*, I – *Idade Média, séculos XIII-XV. Época Contemporânea*, Guimarães, 1996, p. 10; “Uma aldeia de finais da Idade Média, nas suas explorações agrícolas (Puços – comenda da Ordem de Cristo)”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVI, Homenagem aos Professores Luís Ferrand de Almeida e António de Oliveira, vol. 1, 2002-2003, pp. 217-218; “Sobre o coberto arbóreo da Beira Interior nos finais da Idade Média”, *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. 1, Porto, 2006, pp. 333-336; Manuel Sílvio Alves Conde, *Uma paisagem humanizada*, loc. cit.; Ana Fonseca, *O montado alentejano (séculos XV a XVIII)*, Lisboa, 2004, pp. 27-28. Cf. também o mapa junto, “O sobreiro no século XV”, elaborado por Joana I. M. Guerreiro Silva, *A utilização da cortiça na arquitectura tradicional portuguesa*, cit., p. 21, com base em José António Neiva Vieira, *Legislação relativa ao sobreiro e à cortiça. Boletim Cortiça*, suplemento do n.º 600, Lisboa, 1988.

²⁸ Mais de trezentos topónimos Sobral, Sobreira e Sobreiral, povoando todo o País, de acordo com A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV da *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, 1986, p. 101. Cf., também, João Pinho, “As árvores na toponímia portuguesa”, in *Floresta e sociedade. Uma história em comum*, coord. por Joaquim Sande Silva, Lisboa, 2007, pp. 149-244 (em especial, pp. 184 e 191, fig. 1.111); Gilberto Coralejo Moiteiro, “Paisagens históricas: a flora e a fauna na toponímia medieval beirã de Quinhentos”, in *Paisagens rurais e urbanas – Fontes, metodologias, problemáticas. Actas das Primeiras Jornadas*, Lisboa, 2005, pp. 35-36.



O sobreiro no século XV

num espaço aberto à exploração agrícola e pecuária. Desenvolveram-se, assim, as primeiras formas do ecossistema do *montado*²⁹. Desde finais do século XIII, multiplicaram-se as medidas régias de protecção da floresta³⁰, que nalgumas manchas do território do Reino lograram manter o património silvícola. Merecem realce, entre elas, as cartas de coutada, que embora tivessem sobretudo uma vocação cinegética, se traduziam também na preservação do sobreiral³¹. Uma das mais antigas que conhecemos foi concedida em 1361 pelo rei D. Pedro a Vasco Martins de Melo, coutando duas partes da quinta de Água dos Peixes, no termo de Alvito, proibindo que as populações aí pastassem gado e bestas, cortassem madeira e lenha, colhessem erva, bolota e glande, tirassem cortiça e caçassem³². No acatamento das normas régias de conservação das matas, foi decisivo o papel dos monteiros que, desde o início do século XIV, dependiam de um monteiro-mor designado pelo monarca³³.

²⁹ Ana Fonseca, *O montado no Alentejo (séculos XV a XVIII)*, cit.; Américo M. S. Carvalho Mendes, "O sobreiro ao longo dos tempos", cit., pp. 77-106; Augusta Costa e Helena Pereira, "Montados e sobreirais: uma espécie, duas perspectivas", cit., pp. 17-37; Carlos Aguiar e Bruno Pinto, "Paleo-história e história antiga das florestas de Portugal continental – até à Idade Média", in *Floresta e sociedade. Uma história em comum*, cit., pp. 44-49; Nicole Devy-Vareta e A. Monteiro Alves, "Os avanços e os recuos da floresta em Portugal – da Idade Média ao Liberalismo", in *ibidem*, pp. 56-57.

³⁰ E também as normas concelhias, desde os *Costumes e foros de Castelo Rodrigo*, de 1209, que procuram impedir o varejamento dos sobreiros, determinando que "Tod omne que sacudir arcina ou alcornoque com uara, peyte I morabitino" – Luís Filipe Lindley Cintra, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo: seu confronto com a dos Foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre: contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do século XIII*, Lisboa, 1959, p. 23.

³¹ Em muitas das cartas de coutadas estabelecidas no Vale do Tejo e no Alentejo são expressamente referidos o sobreiro e alguns dos seus produtos, como a bolota, a cortiça, a casca e a madeira. Cf. *Legislação agrícola*, ed. por António Gomes Ramalho, volumes I-II, *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, 8.º ano, n.º 4, Lisboa, 1905-1910, *passim*; e *História florestal, aquícola e cinegética*, cit.

³² ANTT, *Chancelaria de D. Pedro I*, L.º 1, fl. 68; *Chancelarias portuguesas. D. Pedro I (1357-1367)*, ed. por A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, 1984, pp. 282-283.

³³ A menção mais antiga ao cargo de monteiro é de 1287 – ANTT, *Chancelaria de D. Dinis I*, L.º 1, fls. 210v-211; *História florestal, aquícola e cinegética*, vol. I, Lisboa, 1980, p. 38. O cargo de monteiro-mor já existia em 1311 – ANTT, *Chancelaria de D. Dinis I*, L.º 4, fls. 59v; *História florestal, aquícola e cinegética*,

Eram múltiplos os usos do sobreiro: a madeira, para construção e para apeiros agrícolas, artesanais e domésticos, carvão vegetal e lenha, a entrecasca, para curtição de couros³⁴, a bolota, para alimento animal, e outras mais. Além destas aplicações, importa ainda sublinhar a diversidade florística e faunística associada aos ecossistemas do sobreiral e do montado, bem como a instalação de colmeias (os “cortiços”), para a produção de mel e cera.

As propriedades da cortiça resultam sobretudo da estrutura do seu tecido celular. É um material pouco denso e elástico, impermeável a líquidos e a gases, isolante térmico e amortecedor acústico, inócuo, imune a insectos, imputrescível e altamente resistente a fogos; possui memória elástica, recuperando a sua forma após sucessivas compressões. Portanto, é durável, recuperável e reutilizável³⁵.

A cortiça é extraída do sobreiro através do descortiçamento, ou *tiradia*. A primeira destas operações, denominada *desbóia*, ocorre quando a árvore atinge um certo crescimento (aos vinte e cinco anos). Novos descortiçamentos ocorrem depois, de nove em nove anos, entre Julho a Setembro. As posturas da vila de Abrantes, de 1515, impediam o corte da cortiça “per pedaços”, impondo a sua extracção integral³⁶. Esta fazia-se, assim, em grandes pranchas, com vantagens no transporte³⁷ e na utilização final. Uma parte apreciável do que se produzia, em Quatrocentos e Quinhentos, era destinado à exportação, sob monopólio de concessão régia³⁸.

A cortiça da primeira e da segunda tiradias, *virgem* e *secundeira*, respectivamente, é muito irregular (sobretudo a primeira) e, por isso, de pouca utilidade. É a *cortiça tiradia*, resultante da terceira extracção e das seguintes, a matéria-prima

vol. I, p. 55. A carta do ofício de monteiro-mor do Reino concedida a 27 de Abril de 1442 a Nuno Vasques de Castelo Branco define uma hierarquia entre o monteiro-mor do Reino, os monteiros-mores das comarcas e os monteiros pequenos, regulamentando a sua actividade – ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, L.º 23, fls. 80v-81; *História florestal, aquícola e cinegética*, vol. II, pp. 42-43.

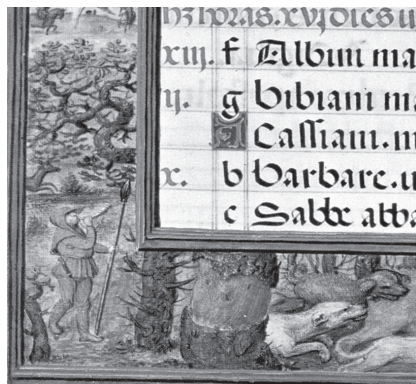
³⁴ Sobre as técnicas de curtição de peles, cf. Arnaldo Rui Azevedo de Sousa Melo, *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320–c. 1415*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Braga, 2009, vol. II, p. 83.

³⁵ Luís Gil, *A cortiça como material de construção – Manual técnico*, Santa Maria de Lamas, s. d.; Joana I. M. Guerreiro Silva, *A utilização da cortiça na arquitectura tradicional portuguesa*, cit., p. 30.

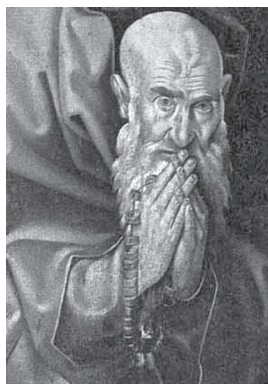
³⁶ “O livro de posturas da vila de Abrantes de 1515”, ed., por Joaquim Candeias Silva, *Cadernos para a história do município*, n.º 1 (1982), p. 72; Manuel Sílvio Alves Conde, *Uma paisagem humanizada*, vol. I, cit., p. 253.

³⁷ Este fazia-se, quando possível, por via fluvial. Cf. Rui Fernandes, *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas [1531-1532]*, ed. crítica de Amândio Morais Barros, s/l [Porto], 2010, p. 96.

³⁸ João Brandão (de Buarcos), *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, ed. por José da Felicidade Alves, Lisboa, 1990, pp. 101, 183; Sousa Viterbo, *O monopólio da cortiça no século XV*, Lisboa, 1904; António dos Santos Pereira, *Portugal, o império urgente (1475-1425). Os espaços, os homens e os produtos*, vol. I, Lisboa, 2003, pp. 250, 432.



Sobreiro descortiado – *Livro de Horas de D. Manuel*, fl. 22 v.



Bóias de pesca – *Painéis de S. Vicente*, pormenor do Painel dos Pescadores



Cortiços – *Livro de Horas de D. Manuel*, fl. 8.

empregue nas variadas aplicações tradicionais: calçado³⁹, bóias e aparelhos de pesca⁴⁰, rolhas, cortiços, bancos e apetrechos vários (cucharros, tarros, cochos, etc.).

Além destes usos, a cortiça era também empregue em embarcações. Na primeira metade do século XVI, *almadias* (jangadas) de cortiça sulcavam o rio Douro, de São João da Pesqueira até à foz, sendo consideradas mais seguras do que as barcas. Além da tripulação, levavam vultuosas cargas. No Porto, tudo se vendia, sendo a cortiça adquirida por sapateiros e pescadores: “Desde São João da Pesqueira tãobem vem ao porto almadias feitas de cortiça que trazem cem duzias de cortiça e mais, leadas com paus, e esta cortiça se vende a pescadores pera boyas, e a çapateiros; e sobre ella trazem muitos odres de vinho, vinagre, e mel, e muitos sacos de sumagre; e vem homens nellas que as governão, são mais seguras de prigo que as barcas”⁴¹. A cortiça foi também largamente utilizada nas naus que, à época, sulcavam o Atlântico e o Índico, justificando que Afonso de Albuquerque chamasse *naus de cortiça* à célebre *Frol de la mar* e à *Taforea*⁴².

Não ficavam por aí os usos da cortiça na construção. Em 1364, o rei D. Pedro autorizava os moradores de Glória, no termo de Salvaterra de Magos, a recorrer-

³⁹ “cortiça [...] que os sapateiros gastam em chapins” – João Brandão (de Buarcos), *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, cit., p. 101.

⁴⁰ “Da cortiça que leuarem pera sãs boyas os nauyos que carregarem ante a çidade” – Foral da portagem de Lisboa (a. 1377), ref. por Armando Castro, *A evolução económica de Portugal dos séculos XII a XV*, vol. III, cit., p. 433.

⁴¹ Rui Fernandes, *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas*, cit., p. 96.

⁴² “Eu fui a Malaca e leuei da armada da India duas naos de cortiça comestas de gusano, era *frol de la mar* e ha *taforea*: o *bretão* e *emxobreguas* que leuei eram naos de carga; leuei algũas naos nouas das de guoa; leuaria atee quatrocentos homens brancos da jemte da India...” – *Cartas de Affonso de Albuquerque, seguidas de documentos que as elucidam*, ed. por R. A. de Bulhão Pato, Lisboa, 1884, p. 404.

rem às matas e charnecas dos concelhos de Santarém, Muge, Salvaterra, Coruche e Benavente, permitindo-lhes que aí apascentassem os gados, cortassem madeira, lenha e também cortiça: “Outrossy mando que elles possam colher cortiça nas charnecas e matas dos dictos concelhos cada que lhes comprir pera cobrir suas casas e pucilgoões e pera suas colmeas e cubertura dellas sem embargo nehũu”⁴³. Seria, pois, comum, por esse tempo, o uso da cortiça na cobertura de edifícios rurais, quer em habitações, quer em construções adjectivas.

Voltaremos ao tema, a seguir. Mas falemos, primeiramente, de *infraconstruções*, como a “choupana de sebes” do pastor de Bernardim Ribeiro, a que atrás aludimos. O uso da cortiça na construção de abrigos temporários remontaria à pré-história, dada a presença generalizada do sobreiro e conhecidas as propriedades daquela matéria como impermeabilizante e isolante térmico. A etnologia revela-nos que a construção de abrigos temporários de cortiça perdurou, na bacia do Sado, até aos nossos dias⁴⁴.

A arqueologia aponta-nos ainda outra aplicação ancestral da cortiça, na impermeabilização e no isolamento térmico de *covas de pão*, no Portugal Mediterrânico, comprovada para a época islâmica, no Castro de Cola⁴⁵, e para o século XV, na Sinagoga de Castelo de Vide⁴⁶.

As pesquisas que realizámos, sobre o Médio Tejo nos finais da Idade Média, permitiram demonstrar quão recorrente era, aí, o uso da cortiça na cobertura das construções rurais, fosse na casa, fosse nos edifícios adjacentes. Na verdade, dos materiais reportados a essa aplicação, a telha prevalece largamente na documentação compulsada. Já, porém, na menção dos materiais vegetais, a casa coberta de cortiça excede mesmo – e largamente – a *casa palhaça* ou colmada⁴⁷.

Outros registos, desta vez figurativos, documentam do mesmo modo o uso da cortiça como material de cobertura das casas, nalgumas zonas raianas. Nos esquisos que Duarte de Armas traçou, no âmbito do levantamento das fortificações fronteiriças ordenado pelo rei D. Manuel, realizado em 1509, o debuxador teve o cuidado de distinguir os três tipos de cobertura que encontrou: de telha, de

⁴³ Carta do rei D. Pedro, de 17/2/1364 – ANTT, *Chancelaria de D. Pedro I*, L.º 1, fl. 92v, *Chancelarias portuguesas*. D. Pedro I, cit., p. 399.

⁴⁴ Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, *Construções primitivas em Portugal*, cit., pp. 38-39.

⁴⁵ Abel Viana, “Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo: Castro da Cola”, in *Arquivo de Beja*, XVI (1960), p. 151.

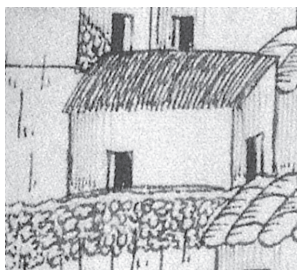
⁴⁶ Cármen Ballesteros e Jorge de Oliveira, “A Judiaria e a Sinagoga de Castelo de Vide”, *Ibn Maruán*, n.º 3, Castelo de Vide, 1993.

⁴⁷ Manuel Sílvia Alves Conde, *Construir, habitar: a casa medieval*, cit., pp. 69-94, 165-178.

colmo e de cortiça⁴⁸. A mais comum é a primeira, de fácil reconhecimento, como também o são as casas colmadas, com larga presença no Norte e Centro Interiores.



Cobertura de telha



Cobertura de colmo



Cobertura de cortiça

O terceiro grupo, definido por alinhamentos de pranchas largas algo irregulares, está representado na vila beirã de Penha Garcia e nas vilas trasmontanas de Penas Róias e de Outeiro de Miranda. Foi identificado, em 2001, por Iria Gonçalves⁴⁹ e por Gilberto Moiteiro⁵⁰, para a primeira daquelas vilas, e por nós, em trabalho realizado com Marina Vieira, em 2002, para as duas últimas, como correspondendo à cortiça. Porém, no mesmo ano, Mário Barroca identificaria as mesmas como placas de xisto⁵¹. Sendo a análise dos esquissos, por si só, inconclusiva, foi o estudo do tombo da Comenda de Penha Garcia, de 1505, que permitiu ultrapassar a contradição existente, ao aludir a “ha dita Villa em que ora viuem xxx vezinhos em casas muy pequenas e proues has paredes de pedra e barro e cubertas de cortiça”⁵².

Outra informação recolhida a partir dos tombos das Ordens Militares e de outras instituições, permitiu-nos reconhecer edifícios cobertos de cortiça em pequenas vilas beirãs, como Penamacor, Penha Garcia, Salvaterra e Idanha-a-Nova, nas aldeias de

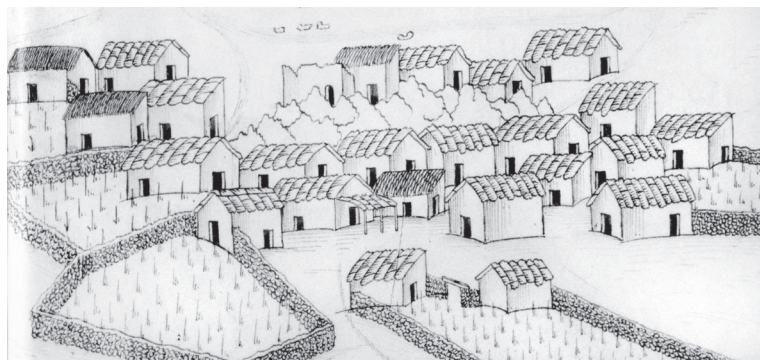
⁴⁸ Conforme as imagens, extraídas da panorâmica da banda oeste de Penha Garcia – Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas. Fac-simile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, 2.ª ed., Lisboa, 1997, fls. 58v-59.

⁴⁹ Iria Gonçalves, “A construção corrente na Beira Interior nos finais da Idade Média”, *cit.*, pp. 101-124.

⁵⁰ Gilberto Coralejo Moiteiro, “Uma comenda da Ordem de Cristo no Sudeste da Beira”, *cit.*, pp. 307-333.

⁵¹ Manuel Sílvia Alves Conde e Marina Afonso Vieira, “A Comenda da Ordem de Cristo do Mogadouro nos alvares de Quinhentos. Subsídios para o estudo da paisagem e do povoamento do Leste de Trás-os-Montes entre a Idade Média e os Tempos Modernos”, *cit.*; Mário Jorge Barroca, “Arquitectura gótica civil”, in Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da Arte em Portugal – O Gótico*, Lisboa, 2002, p. 89.

⁵² ANTT, *Ordem de Cristo*, L.º 304, fl. 92v; *Tombos da Ordem de Cristo*, vol. 5 – *Comendas da Beira Interior Sul (1505)*, ed. por Iria Gonçalves, Lisboa, 2009, p. 133. A panorâmica de Penha Garcia, da banda de oeste, esquissada por Duarte de Armas, apresenta, além de um pardeeiro, vinte e quatro edifícios, vinte dos quais cobertos de cortiça; os restantes quatro ostentam coberturas de colmo – Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, *cit.*, fls. 58v-59.



As casas da vila de Penha Garcia – Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, fl. 59.

Pai Alvarinho (termo de Castelo Branco), São Miguel de Acha (Proença-a-Velha) e Vila Flor (Nisa), nas granjas de Aravil (Idanha-a-Velha) e de Marmelar (Vila Velha de Ródão)⁵³, num casal em Mendo Marques⁵⁴ e na herdade de Fonte Boa (ambos no termo de Évora)⁵⁵, para além dos já anteriormente identificados e estudados em Trás-os-Montes (Penas Róias e Outeiro de Miranda)⁵⁶, no Médio Tejo (em Pias, no termo de Tomar, no julgado de Paio de Pele e no termo de Abrantes)⁵⁷ e no Alentejo (Landeira, no termo de Montemor-o-Novo, e Padrões)⁵⁸.

São de vários tipos as construções estudadas que utilizavam a cortiça como material de cobertura. Encontramos esse uso em *assentos de casal* e em diversas *construções adjetivas* (palheiros, estrebarias, alpendres), mas sobretudo em *casas* (“casa”, “casa morada”, “casa térrea” e os pares “casa dianteira”/“casa de dentro” e “casa dianteira”/“celeiro”)⁵⁹. Estas correspondem a 62% dos casos referidos nos tombos

⁵³ ANTT, *Ordem de Cristo*, L.º 304, fls. 72, 77v, 79, 92-93, 102, 134; L.º 305, fl. 21; L.º 306, fls. 71, 75v; *Tombos da Ordem de Cristo*, vol. 5 – *Comendas da Beira Interior Sul (1505)*, cit., pp. 112, 120, 122, 132, 133, 153, 198, 253, 274, 279.

⁵⁴ ANTT, *Ordem de Cristo*, L.º 310, fl. 51; *Tombos da Ordem de Cristo*, vol. 1 – *Comendas a Sul do Tejo (1505-1509)*, ed. por Iria Gonçalves, Lisboa, 2002, p. 123.

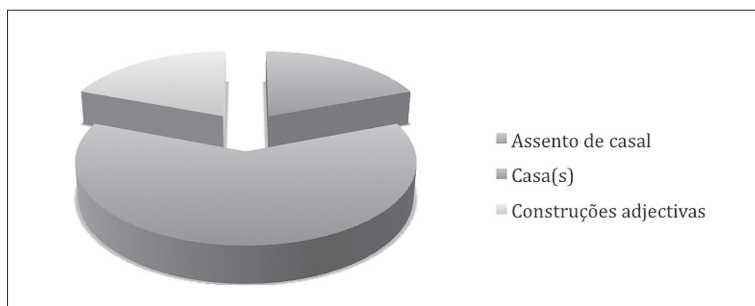
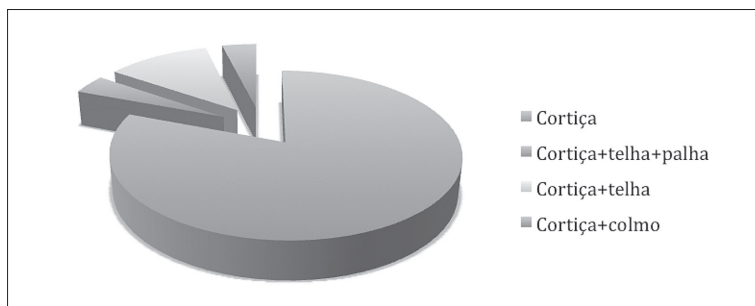
⁵⁵ Jorge Fonseca, *Os hospitais de Montemor-o-Novo entre os séculos XIII e XVI*, Montemor-o-Novo, 2004, p. 122.

⁵⁶ Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, cit., fls. 80v-82, 86v-87; Manuel Sílvio Alves Conde, *Construir, habitar: a casa medieval*, cit. pp. 17-67.

⁵⁷ ANTT, *Ordem de Cristo*, m.º 30, n.º 2, fl. 122; *Tombos da Ordem de Cristo*, vol. 2 – *Comendas do Médio Tejo (1504-1510)*, ed. por Iria Gonçalves e Manuel Sílvio Alves Conde, Lisboa, 2005, pp. 133, 134, 138, 139, 346, 367, 378, 380-385, 387; Manuel Sílvio Alves Conde, *Construir, habitar: a casa medieval*, cit., pp. 69-94, 165-178.

⁵⁸ A. Banha de Andrade, *Breve história das ruínas do antigo burgo de Montemor-o-Novo*, ref. por Joana I. M. Guerreiro Silva, *A utilização da cortiça na arquitectura tradicional portuguesa*, cit., p. 36, alude a umas casas de taipa cobertas de cortiça na Landeira (Paço da Ordem), no termo de Montemor-o-Novo. Para Padrões, cf. Francisco Caracol Soares Victor, “Inquirições no século XIV, Almodôvar e Padrões”, cit., p. 259.

⁵⁹ Além destes tipos de edifícios, tenha-se presente que, como atrás se disse, também a primitiva igreja de Penha Garcia teria cobertura de cortiça.

Tipos de construções
com cobertura de
cortiçaConstruções com
cobertura de cortiça,
só ou associada a
outros materiais

estudados, abrangendo habitações de qualidade muito diversa, num espectro que vai desde a casa “prove assaz”, de um casal no termo de Abrantes⁶⁰, à “que se chama ho paaço”, em S. Miguel de Acha (Proença)⁶¹. Nem todas são de habitação permanente: uma delas, na granja do Aravil, no termo de Idanha-a-Velha, servia para acolher “hos [que] nella lauram no tempo da sementeira e çeiiffa”⁶². Outras, além da função habitacional, albergam funções produtivas: em Penha Garcia, encontramos uma azenha e um assento de pisão de panos, cada qual com sua casa⁶³.

Quase sempre, a cortiça é o único material utilizado nestas coberturas (81% do total). Mas também encontramos alguns, poucos, casos de associação daquela com a telha: em casas na vila de Idanha-a-Nova, na granja de Marmelar, da comenda

⁶⁰ ANTT, *Ordem de Cristo*, m.º 30, n.º 2, fl. 122; *Tombos da Ordem de Cristo*, vol. 2 – *Comendas do Médio Tejo (1504-1510)*, cit., p. 367.

⁶¹ ANTT, *Ordem de Cristo*, L.º 304, fl. 72; *Tombos da Ordem de Cristo*, vol. 5 – *Comendas da Beira Interior Sul (1505)*, cit., p. 112.

⁶² ANTT, *Ordem de Cristo*, L.º 304, fl. 77v; *Tombos da Ordem de Cristo*, vol. 5 – *Comendas da Beira Interior Sul (1505)*, cit., p. 120.

⁶³ ANTT, *Ordem de Cristo*, L.º 304, fl. 93; *Tombos da Ordem de Cristo*, vol. 5 – *Comendas da Beira Interior Sul (1505)*, cit., p. 133. Esta azenha, situada na Ribeira do Pônsul, poderá corresponder à delineada na panorâmica de Penha Garcia, da banda de leste, na “Ribeyrra” – Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, cit., fls. 59v-60.

do Ródão⁶⁴, e em dois casais, um no termo de Tomar e outro no julgado de Paio de Pele⁶⁵. E ocorrem ainda, singularmente, as combinações cortiça/colmo – em Pai Alvarinho, no termo de Castelo Branco⁶⁶ – e cortiça/telha/palha – num casal no julgado de Paio de Pele⁶⁷. Algumas associações reflectem uma certa hierarquização dos materiais de cobertura, preferindo-se a telha à cortiça e esta ao colmo.

Bem menos conhecido do que o uso da cortiça nas coberturas é o seu emprego na edificação de paredes. Ele está, porém, atestado para meados do século XV por duas cartas de quitação respeitantes a trabalhos realizados em Ceuta⁶⁸. A primeira respeita a uma verba devida pela obra de uma casa com seu sobrado, incluindo salários de carpinteiros e pedreiros e alguns materiais: duas vigas de carvalho e dezasseis dúzias [de pranchas] de cortiça. Pelo teor desta, ficamos sem saber a que fim específico se destinava o material. Muito mais clara é, porém, a segunda carta, respeitante à construção da parede de um escritório: “Item deu quinhentos reaes a hum pedreiro que fez hũa parede no escriptorio per aveença e poeer en ella cortiça e madeira e cal”. O processo construtivo utilizado aproxima-se do que os etnólogos Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira encontraram, em meados do século XX, em tabiques exteriores nas Terras de Basto⁶⁹: a madeira formava a estrutura, a cortiça o material de preenchimento ou revestimento, servindo como isolante térmico e acústico; o acabamento era realizado com argamassa de cal, o que tornava imperceptível a presença da cortiça.

A não evidência exterior da cortiça aplicada em paredes e tabiques explica que raramente se aluda a este uso construtivo. Dele se aperceberam, porém, Cosme de Médicis e os seus companheiros, em visita a Portugal no ano de 1669. O relator da viagem, Magalotti, referir-se-ia nestes termos à passagem pela venda de Palhavã, entre Cabrela e Setúbal: “Quello del giorno fu alquanto più piano, e lavorato con abbondanza di pini, e di sugheri, delle cortecce de quali poste l’una sopra l’altra,

⁶⁴ ANTT, *Ordem de Cristo*, L.º 304, fl. 134; L.º 306, fl. 71; *Tombos da Ordem de Cristo*, vol. 5 – *Comendas da Beira Interior Sul* (1505), cit., pp. 198, 274.

⁶⁵ ANTT, *Ordem de Cristo*, L.º 303, fl. 83; m.º 30, n.º 2, fl. 138v; *Tombos da Ordem de Cristo*, vol. 5 – *Comendas do Médio Tejo* (1504-1510), cit., pp. 134, 385.

⁶⁶ ANTT, *Ordem de Cristo*, L.º 305, fl. 21; *Tombos da Ordem de Cristo*, vol. 5 – *Comendas da Beira Interior Sul* (1505), cit., p. 253.

⁶⁷ ANTT, *Ordem de Cristo*, m.º 30, n.º 2, fl. 130v; *Tombos da Ordem de Cristo*, vol. 2 – *Comendas do Médio Tejo* (1504-1510), cit., p. 378.

⁶⁸ Cartas de quitação a Gonçalo Pacheco, de 2/3 e 1/5/1456 – ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, L.º 1, fl. 82; Hernâni de Barros Bernardo, “Dois documentos históricos. As cartas de quitação de D. Afonso V, de 2 de Março e de Maio de 1456”, *Boletim da Junta Nacional da Cortiça*, n.º 64 (1944), pp. 162-163.

⁶⁹ “Em alguns casos, raros, por exemplo em Terras de Basto, nos tabiques exteriores, o fasquio é revestido interiormente, antes de se aplicarem as massas, por placas de cortiça, que funcionam como isoladores, contra o frio, o calor e a humidade.” – Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, *Construções primitivas em Portugal*, cit., p. 315.

Venda de Palhavã
– Pier Maria Baldi, *Viaje de Cosme
de Médicis por España y Portugal*
(1668-1669).



e impastata con terra trovammo fabbricate alcune capanne di lavoratori”⁷⁰. Outro elemento da comitiva do príncipe toscano, o pintor Pier Maria Baldi, elaborou um conjunto de desenhos, entre os quais o da *Venta de Pilhavan*⁷¹. Nalgumas das construções representadas, é perceptível a estrutura de madeira das paredes. Noutras, porém, apresenta-se uma superfície irregular, com o sombreado horizontal a evidenciar a presença de pranchas de madeira. Trata-se, na verdade, de paredes de *alvenaria de pranchas de cortiça*, obtida através da sobreposição das pranchas, com a terra como ligante⁷².

Este e outros tipos de parede de cortiça e terra perduraram na arquitectura tradicional portuguesa até perto de nós, em diversas regiões do País. José Leite de Vasconcelos encontrou na primeira metade do século XX construções com paredes do tipo já referido em Vale de Feteira (Gavião): “Há casas antigas, cujas paredes são feitas de camadas de cortiça sobrepostas e de barro”⁷³. Vimos atrás a menção aos tabiques de cortiça, madeira e cal, revelada pelos estudos dos etnólogos Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira⁷⁴. Mais recentemente, Rui Fontes Ferreira encontrou, em Cortiçadas de Lavre (Montemor-o-Novo), na

⁷⁰ Cit. por Ana Fonseca, *O montado no Alentejo*, cit., p. 79.

Também o barão Von Wiederhold testemunha o uso da cortiça na construção de muros, “como se fosse tijolo” – Lívio da Costa Guedes, “A viagem de Christian, príncipe de Waldeck, ao Alentejo e ao Algarve, descrita pelo barão Von Wiederhold em 1798”, *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, Vol. 60 (1992) pp. 7-272, cit. por Ana Fonseca, *O montado no Alentejo*, cit., p. 79.

⁷¹ *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669)*. *Laminas*, edición y notas por Ángel Sánchez Rivero y Ángela Mariutti de Sánchez Rivero, Madrid, s/d [1933], lamina L.

⁷² Cf. a interpretação de Joana I. M. Guerreiro Silva, *A utilização da cortiça na arquitectura tradicional portuguesa*, cit., p. 66, com a qual concordamos.

⁷³ José Leite de Vasconcelos, “Habitação”, *Etnografia portuguesa*, cit., vol. VI, Lisboa, 1983, p. 255.

⁷⁴ Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, *Construções primitivas em Portugal*, cit., pp. 38-39, 56, 315.

Herdade da Cascada e em Gralheira Velha, vestígios de construções onde se usou a cortiça, associada à terra, como material construtivo⁷⁵.

A partir dos casos apontados e de outros, designadamente os conventos da Arrábida, Santa Cruz da Serra de Sintra e do Buçaco, Joana Silva apresentou um quadro tipológico das paredes e tabiques de cortiça e terra que, pela sua pertinência, aqui reproduzimos, simplificada⁷⁶.

Tipologia das paredes e tabiques de cortiça e terra (de Joana Guerreiro Silva, simplificado)	
Alvenarias de cortiça ligada por argamassa ou terra	Alvenaria de pranchas de cortiça
	Alvenaria de pedaços de cortiça
	Alvenaria mista (pedaços e pranchas de cortiça)
Taipa com cortiça	
Tabiques (interiores e exteriores)	

Sendo inócuo, imune a insectos, impermeável, isolante térmico e amortecedor do ruído, o forro de cortiça trazia ao espaço doméstico as melhores condições para o repouso do seu morador. Os tombos quinhentistas das Ordens Militares documentam o uso deste material para forrar, ou *olivelar*, construções, sobretudo em pequenos núcleos urbanos: as vilas de Nisa⁷⁷, Avis⁷⁸ e Mértola⁷⁹, no Alentejo, as de Benavente⁸⁰, Almeirim⁸¹, Ferreira [do Zêzere]⁸² e Vila Velha de Ródão⁸³, no vale do Tejo. Mais raramente, encontramos a mesma aplicação em meio rural: na

⁷⁵ Rui Pontes Ferreira, “Construções de cortiça e terra de Cortiçadas do Lavre”, *cit.*; “Cortiça na arquitectura tradicional portuguesa...”, *cit.*

⁷⁶ Joana I. M. Guerreiro Silva, *A utilização da cortiça na arquitectura tradicional portuguesa*, *cit.*, pp. 84-85.

⁷⁷ ANTT, *Ordem de Cristo*, L.º 306, fls. 53v-54; *Tombos da Ordem de Cristo*, vol. 1 – *Comendas a Sul do Tejo (1505-1509)*, *cit.*, pp. 7-8.

⁷⁸ *Direitos, bens e propriedades da Ordem e Mestrado de Avis nas suas três vilas de Avis, Benavila e Benavente e seus termos. Tombo feito pelo ld.º Iorze Lopes: año 1556*, ed. por José Mendes da Cunha Saraiva, Lisboa, 1950, p. 82.

⁷⁹ ANTT, *Ordem de Santiago*, B-50-160 (visitação e tombo das comendas de Mértola e Alcaria Ruiva – 1515), fls. 53v-54; *As comendas de Mértola e Alcaria Ruiva. As visitas e os tombos da Ordem de Santiago 1482-1607*, ed. por Maria de Fátima Rombouts de Barros, Joaquim Ferreira Boiça e Celeste Gabriel, Mértola, 1996, p. 83.

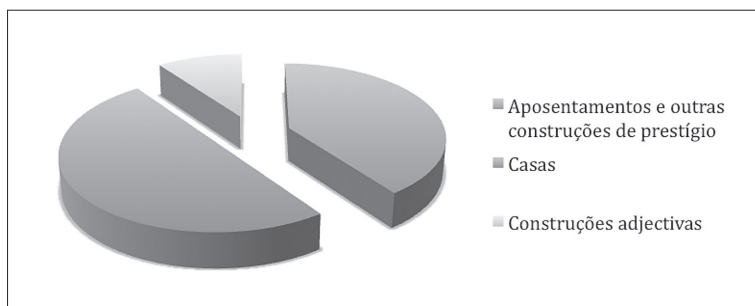
⁸⁰ *Direitos, bens e propriedades da Ordem e Mestrado de Avis...*, *cit.*, p. 333.

⁸¹ *Direitos, bens e propriedades da Ordem e Mestrado de Avis...*, *cit.*, p. 405.

⁸² ANTT, *Ordem de Cristo*, L.º 303, fl. 141; *Tombos da Ordem de Cristo*, vol. 2 – *Comendas do Médio Tejo (1504-1510)*, *cit.*, p. 117.

⁸³ ANTT, *Ordem de Cristo*, L.º 306, fl. 76; *Tombos da Ordem de Cristo*, vol. 5 – *Comendas da Beira Interior Sul (1505)*, *cit.*, p. 280.

Tipos de construções
com forros de cortiça



quintã da Talhada (Paço do Mestre), no termo de Alenquer⁸⁴. Os forros de cortiça aparecem quase sempre em espaços habitacionais⁸⁵, muitos deles qualificados: paços mestrais, aposentamentos de comendadores, de alcaides-mores, ou de priorres. Nuns poucos casos, especifica-se que apenas uma parte da habitação – uma câmara, geralmente – beneficia daquele forro⁸⁶.

As mesmas propriedades justificaram este e outros usos da cortiça na arquitectura conventual, onde favorecia o isolamento e o ascetismo dos monges.

William Beckford, no diário da sua viagem a Portugal, feita em 1787, referiu-se ao Convento de Santa Cruz da Serra de Sintra nos termos seguintes: “o convento da cortiça, de longe, lembra o abrigo de Robinson Crusóé (...). O eremitério é forrado de cortiça; as suas celas, capela e refeitório, tudo é cavado na rocha. Muitos dos pequenos corredores que os ligam entre si têm não só o tecto de cortiça mas o pavimento também, o que é muito macio e agradável de andar”⁸⁷.

O estudo dos conventos da Arrábida (frades menores capuchinhos, da família franciscano), de Santa Cruz da Serra de Sintra (idem) e de Santa Cruz do Buçaco (carmelitas descalços), revelou outros usos, além das aplicações nos tectos e pavimentos⁸⁸. Por um lado, a cortiça era utilizada sobre a madeira, no revestimento de estruturas de madeira, de portas, janelas, e respectivas guarnições; conformava mesas, bancos e encostos. Por outro lado, sobretudo no convento da Serra de Sin-

⁸⁴ *Direitos, bens e propriedades da Ordem e Mestrado de Avis...*, cit., p. 415.

⁸⁵ Uma excepção, a estrebaria do alcaide-mor de Nisa: “junto desta estrebaria estaa logo outra em que estam caualos ... parte della forrada de cortiça” – ANTT, *Ordem de Cristo*, L.º 306, fl. 54; *Tombos da Ordem de Cristo*, vol. 1 – *Comendas a Sul do Tejo (1505-1509)*, cit., p. 8.

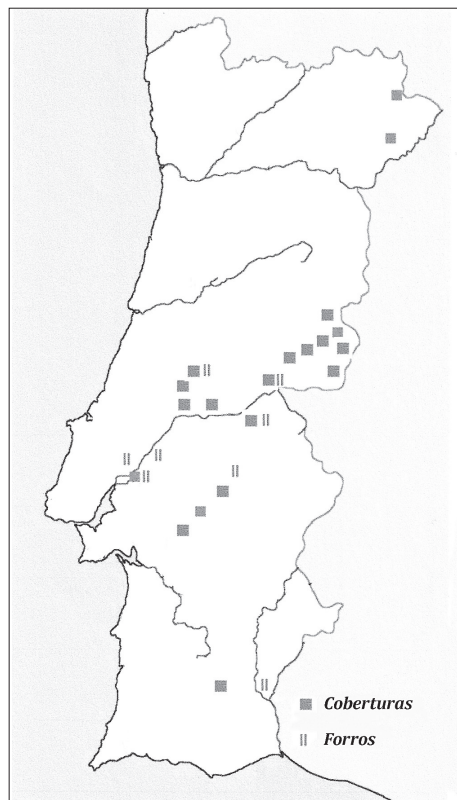
⁸⁶ “hüua camera pequena sobradada ... forrada d oliuel de cortiça”, no aposentamento do alcaide-mor de Nisa – ANTT, *Ordem de Cristo*, L.º 306, fl. 53v; *Tombos da Ordem de Cristo*, vol. 1 – *Comendas a Sul do Tejo (1505-1509)*, cit., p. 7. “hüua camera ... oliuelada de cortiça”, no aposentamento do comendador de Ferreira do Zêzere – ANTT, *Ordem de Cristo*, L.º 303, fl. 141; *Tombos da Ordem de Cristo*, vol. 5 – *Comendas do Médio Tejo (1504-1510)*, cit., p. 117.

⁸⁷ William Beckford, *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, 2.ª ed., Lisboa, 1983, cit. por Joana I. M. Guerreiro Silva, *A utilização da cortiça na arquitectura tradicional portuguesa*, cit., p. 44.

⁸⁸ Joana I. M. Guerreiro Silva, *A utilização da cortiça na arquitectura tradicional portuguesa*, cit., pp. 43-47.

tra, foi largamente usada como elemento decorativo⁸⁹, tirando-se partido da sua maleabilidade para a elaboração de pequenos motivos naturalistas.

A concluir, assinala-se que as aplicações da cortiça na arquitectura portuguesa tardomedieval e quinhentista são bastante diversificadas, abrangendo coberturas, paredes e tabiques, forros, pavimentos, revestimentos e decoração. Os usos arquitecturais daquele material estão documentados num horizonte espacial bastante vasto, do Norte Trasmontano ao Sul Trastagano; cingem-se ao meio rural as aplicações em paredes e coberturas, ao passo que as utilizações em forros e revestimentos também ocorrem em meio urbano. Esses usos referem-se sobretudo à casa comum, nalguns casos qualificada de pobre, ou mesmo assaz pobre. Mas não se cingem a esta, pois também envolvem as construções adjectivas e a arquitectura de produção, verificando-se ainda em estruturas habitacionais qualificadas e em alguma arquitectura conventual.



Usos da cortiça na construção corrente tardomedieval e quinhentista

FONTES

ANTT, *Chancelaria de D. Dinis I*, L.º 1; L.º 4.

ANTT, *Chancelaria de D. Pedro I*, L.º 1.

ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, L.º 1; L.º 23.

ANTT, *Ordem de Cristo*, L.º 304, L.º 305; L.º 306; L.º 310; m.º 30, n.º 2.

ARMAS, Duarte de, *Livro das Fortalezas. Fac-simile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, 2.ª ed., Lisboa, 1997.

BERNARDO, Hernâni de Barros, "Dois documentos históricos. As cartas de quitação de D. Afonso V, de 2 de Março e de Maio de 1456", *Boletim da Junta Nacional da Cortiça*, n.º 64 (1944), pp. 162-163.

BRANDÃO (de Buarcos), João, *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, ed. por José da Felicidade Alves, Lisboa, 1990.

⁸⁹ Joana I. M. Guerreiro Silva, *A utilização da cortiça na arquitectura tradicional portuguesa*, cit., p. 81.

- Cartas de Affonso de Albuquerque, seguidas de documentos que as elucidam*, ed. por R. A. de Bulhão Pato, Lisboa, 1884.
- Chancelarias portuguesas. D. Pedro I (1357-1367)*, ed. por A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, 1984.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo: “seu confronto com a dos Foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre: contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do século XIII”*, Lisboa, 1959.
- As comendas de Mértola e Alcária Ruiva. As visitas e os tombos da Ordem de Santiago 1482-1607*, ed. por Maria de Fátima Rombouts de Barros, Joaquim Ferreira Boiça e Celeste Gabriel, Mértola, 1996.
- Direitos, bens e propriedades da Ordem e Mestrado de Avis nas suas três vilas de Avis, Benavila e Benavente e seus termos. Tombo feito pelo ld.º Iorze Lopes: año 1556*, ed. por José Mendes da Cunha Saraiva, Lisboa, 1950.
- FERNANDES, Rui, *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas [1531-1532]*, ed. crítica de Amândio Morais Barros, s/l [Porto], 2010.
- História florestal, aquícola e cinegética. Colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre de Tombo – Chancelarias Reais*, vol. I (1208-1483), vol. II (1439-1481), vol. III (1481-1493) e vol. IV (1495-1521), Lisboa, 1980-1983.
- Legislação agrícola ou Collecção de leis, decretos, cartas e outros documentos officiaes de interesse agrícola promulgados desde a fundação da monarchia até 1820*, ed. por António Gomes Ramalho, 2 vols., *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, 8.º ano, n.º 4, Lisboa, 1905-1910.
- “O livro de posturas da vila de Abrantes de 1515”, ed., por Joaquim Candeias Silva, in *Cadernos para a história do município*, n.º 1 (1982), pp. 69-94.
- Menina e Moça de Bernardim Ribeiro*, ed. por Teresa Amado, Lisboa, 1984.
- SEQUEIRA, Joaquim Pedro Fragoso de, “Memória sobre as azinheiras, sobreiras, e carvalhos da província do Alentejo, onde se trata da sua cultura, e dos melhoramentos que no estado actual podem ter”, in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, t. II, Lisboa, 1990, pp. 253-271.
- Tombos da Ordem de Cristo*, vol. 1 – *Comendas a Sul do Tejo (1505-1509)*, ed. por Iria Gonçalves, Lisboa, 2002; vol. 2 – *Comendas do Médio Tejo (1504-1510)*, ed. por Iria Gonçalves e Manuel Sílvio Alves Conde, Lisboa, 2005; vol. 5 – *Comendas da Beira Interior Sul (1505)*, ed. por Iria Gonçalves, Lisboa, 2009.
- Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669). Laminas*, edición y notas por Ángel Sánchez Rivero y Ángela Mariutti de Sánchez Rivero, Madrid, s/d [1933].
- VICTOR, Francisco Caracol Soares, “Inquirições no século XIV, Almodôvar e Padrões”, *Arquivos de Beja*, t. IV (1947), pp. 249-273.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Carlos, Pinto, Bruno, “Paleo-história e história antiga das florestas de Portugal continental – até à Idade Média”, in *Floresta e sociedade. Uma história em comum*, coord. por Joaquim Sande Silva, Lisboa, 2007, pp. 44-49.
- AMARAL, Luís Carlos, “Half a Century of Rural History of the Middle Ages in Portugal: A Possible Overview”, in *The Historiography of Medieval Portugal*, dir. por José Mattoso, Lisboa, 2011, pp. 303-321.
- BALLESTEROS, Cármen, Oliveira, Jorge de, “A Judiaria e a Sinagoga de Castelo de Vide”, *Ibn Maruán*, n.º 3, Castelo de Vide, 1993, pp. 123-152.
- BARROCA, Mário Jorge, “Arquitectura gótica civil”, in Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da Arte em Portugal – O Gótico*, Lisboa, 2002.

- BERNARDI, Philippe, *Bâtir au Moyen Âge (XIII^e-milieu XVI^e siècle)*, Paris, 2011.
- BOISSELLIER, Stéphane, *Naissance d'une identité portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (X^e-XIV^e siècles)*, Lisboa, 1998.
- CAPELO, Jorge, Catry, Filipe, "A distribuição do sobreiro em Portugal", in *Os montados. Muito para além das árvores*, coord. por Joaquim Sande Silva, Lisboa, 2007, pp. 107-113.
- CASTRO, Armando, *A evolução económica de Portugal nos séculos XII a XV*, vol. III, Lisboa, 1965.
- CHAPELOT, Jean, Fossier, Robert, *Le village et la maison au Moyen Âge*, Paris, 1980.
- CONDE, Manuel Sílvia Alves, *Uma paisagem humanizada. O Médio Tejo nos finais da Idade Média*, 2 vols., Cascais, 2000.
- CONDE, Manuel Sílvia Alves, *Construir, habitar: a casa medieval*, Braga, 2011.
- CONDE, Manuel Sílvia Alves, Vieira, Marina Afonso, "A Comenda da Ordem de Cristo do Mogadouro nos alvares de Quinhentos. Subsídios para o estudo da paisagem e do povoamento do Leste de Trás-os-Montes entre a Idade Média e os Tempos Modernos", in *As Ordens Militares e de Cavalaria na construção do Mundo Ocidental; Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, coordenação de Isabel Cristina F. Fernandes, Lisboa, 2005, pp. 555-588.
- CORREIA, Lopes, *Mora e o seu concelho*, Évora, 1961.
- COSTA, Augusta, PEREIRA, Helena, "Montados e sobreirais: uma espécie, duas perspectivas", in *Os montados. Muito para além das árvores*, coord. por Joaquim Sande Silva, Lisboa, 2007, pp. 17-37.
- DEVY-VARETA, Nicole, ALVES, A. Monteiro, "Os avanços e os recuos da floresta em Portugal – da Idade Média ao Liberalismo", in *Floresta e sociedade. Uma história em comum*, coord. por Joaquim Sande Silva, Lisboa, 2007, pp. 55-75.
- FERREIRA, Rui Pontes, "Construções de cortiça e terra de Cortiçadas do Lavre", *Almansor – Revista de cultura*, n.º 14, Montemor-o-Novo, 2000, pp. 325-339.
- FERREIRA, Rui Pontes, "Cortiça na arquitectura tradicional portuguesa: um material construtivo ignorado", in *Arquitectura da terra em Portugal*, Lisboa, 2005, pp. 114-118.
- FONSECA, Ana, *O montado alentejano (séculos XV a XVIII)*, Lisboa, 2004.
- FONSECA, Jorge, *Os hospitais de Montemor-o-Novo entre os séculos XIII e XVI*, Montemor-o-Novo, 2004.
- GIL, Luís, *A cortiça como material de construção – Manual técnico*, Santa Maria de Lamas, s. d.
- GONÇALVES, Iria, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, 1989.
- GONÇALVES, Iria, "A árvore na paisagem rural do Entre Douro e Minho. O testemunho das inquirições de 1258", 2.º Congresso histórico de Guimarães. *Actas do congresso*, vol. 6, *História local*, I – Idade Média, séculos XIII-XV. *Época Contemporânea*, Guimarães, 1996, pp. 7-25.
- GONÇALVES, Iria, "Uma aldeia de finais da Idade Média, nas suas explorações agrícolas (Puços – comenda da Ordem de Cristo)", *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVI, Homenagem aos Professores Luís Ferrand de Almeida e António de Oliveira, vol. 1, 2002-2003, pp. 217-218.
- GONÇALVES, Iria, "A construção corrente na Beira Interior nos finais da Idade Média", *III Congresso histórico de Guimarães – D. Manuel e a sua época (24-27 de Outubro de 2001)*, *Actas*, vol. III – *População, sociedade e economia*, Guimarães, 2004, pp. 101-124.
- Gonçalves, Iria, "Sobre o coberto arbóreo da Beira Interior nos finais da Idade Média", in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. 1, Porto, 2006, pp. 333-336.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV da *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, 1986.
- MENDES, Américo M. S. Carvalho, "O sobreiro ao longo dos tempos", in *Os montados. Muito para além das árvores*, coord. por Joaquim Sande Silva, Lisboa, 2007, pp. 77-106.

- MARREIROS, Maria Rosa Ferreira, “Os proventos da terra e do mar”, in *Nova história de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III – *Portugal em definição de fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, coord. por Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, 1996, pp. 400-475.
- MELO, Arnaldo Rui Azevedo de Sousa, *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 – c. 1415*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Braga, 2009.
- MOITEIRO, Gilberto Coralejo, “Uma comenda da Ordem de Cristo no Sudeste da Beira – Penha Garcia nos inícios do século XVI”, *III Congresso histórico de Guimarães – D. Manuel e a sua época (24-27 de Outubro de 2001)*, *Actas*, vol. III, cit., pp. 307-333.
- MOITEIRO, Gilberto Coralejo, “Paisagens históricas: a flora e a fauna na toponímia medieval beirã de Quinhentos”, in *Paisagens rurais e urbanas – Fontes, metodologias, problemáticas. Actas das Primeiras Jornadas*, Lisboa, 2005, pp. 26-63.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, PEREIRA, Benjamim, *Construções primitivas em Portugal*, 2.^a ed., Lisboa, 1988.
- PEREIRA, António dos Santos, *Portugal, o império urgente (1475-1425). Os espaços, os homens e os produtos*, 2 vols., Lisboa, 2003.
- PEREIRA, Helena, “A cortiça – um material único”, in *Os montados. Muito para além das árvores*, coord. por Joaquim Sande Silva, Lisboa, 2007, pp. 59-75.
- PINHO, João, “As árvores na toponímia portuguesa”, in *Floresta e sociedade. Uma história em comum*, coord. por Joaquim Sande Silva, Lisboa, 2007, pp. 149-244.
- RIBEIRO, Orlando, *Geografia e civilização. Temas portugueses*, 2.^a ed., Lisboa, s/d.
- RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas*, 4.^a ed. rev. e ampl., Lisboa, 1986.
- RIBEIRO, Orlando, “O campo e a árvore em Portugal”, *Opúsculos geográficos*, vol. IV, *O mundo rural*, Lisboa, 1991, pp. 74-79.
- RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Hermann, DAVEAU, Suzanne, *Geografia de Portugal*, vol. II – *O ritmo climático e a paisagem*, Lisboa, 1988; vol. IV – *A vida económica e social*, Lisboa, 1991.
- SANTOS, Vítor Pavão dos, *A casa no Sul de Portugal na transição do séc. XV para o séc. XVI*, dissertação de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1964.
- SILBERT, Albert, *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l’Ancien Régime*, 2.^a ed., vols. I e II, Lisboa, 1978.
- SILVA, Joana I. M. Guerreiro, *A utilização da cortiça na arquitectura tradicional portuguesa*, prova final para licenciatura em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2009.
- TABORDA, Vergílio, *Alto Trás-os-Montes. Estudo geográfico*, Coimbra, 1932.
- VASCONCELOS, José Leite de, “Habitação”, *Etnografia portuguesa. Tentame de sistematização*, 2.^a ed., vol. VI, Lisboa, 1983.
- VIANA, Abel, “Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo: Castro de Cola”, in *Arquivo de Beja*, XVII (1960), pp. 128-231.
- VIEIRA, José António Neiva, *Legislação relativa ao sobreiro e à cortiça. Boletim Cortiça*, suplemento do n.º 600, Lisboa, 1988.
- VIEIRA, José António Bastos Neiva, “O sobreiro, o montado de sobreiro e a cortiça”, in *A floresta portuguesa. Imagens de tempos idos*, coord. por Joaquim Sande Silva, Lisboa, 2007, pp. 89-122.
- Viterbo, Sousa, *O monopólio da cortiça no século XV*, Lisboa, 1904.

RESUMO: Ainda que testemunhos variados abonem uma multiplicidade de usos do *Quercus suber* e dos seus derivados no final da Idade Média e em Quinhentos, a historiografia tem praticamente ignorado a relevância dos mesmos.

A abordagem das fontes disponíveis (documentação régia, tombos de propriedades, iconografia), relativamente às aplicações arquiteturais da cortiça, revela que as propriedades deste material (pouco denso, impermeável, isolante térmico, resistente a fogos, imune a insetos, etc.) eram bem conhecidas – e aproveitadas – na construção corrente portuguesa de finais da Idade Média e de Quinhentos.

Os usos arquiteturais da cortiça ocorriam num quadro territorial bastante alargado, abrangendo o Nordeste Trasmontano, a Beira Interior, o Médio Tejo e o Alentejo. Em meio rural, aplicava-se largamente, sobretudo na cobertura de habitações e de construções adjetivas, mas também em paredes e tabiques (de cortiça e terra). Outras aplicações – forros, tetos e pavimentos – verificavam-se ainda em espaços habitacionais de pequenos núcleos urbanos do Centro e do Sul – alguns deles qualificados – e nalguma arquitetura conventual.

Palavras-chave: Materiais de construção, Cortiça, Coberturas, Paredes e tabiques, Forros, Tetos, Pavimentos.

RÉSUMÉ: Si bien que des documents variés montrent une multiplicité d'utilisations du chêne-liège (*Quercus suber*) et de ses produits pendant le Moyen Age tardif et le XVI siècle, l'historiographie a largement ignoré l'importance de ceux-ci.

L'analyse des sources historiques disponibles (documentation royal, cartulaires des biens immeubles, iconographie), relatifs aux applications du liège dans l'architecture, montre que les caractéristiques de ce matériel (peu dense, imperméable à l'eau, isolation thermique, résistant au feu, à l'abri des insectes, etc.) étaient bien connues – et utilisés – dans la construction courante portugaise de la fin du Moyen Âge et du XVI siècle.

Les utilisations du liège dans l'architecture étaient répandues dans une grande partie du territoire portugais, y compris le Nord-Est, le centre intérieur (Beira), la vallée moyenne du Tage et la région au sud de ce fleuve (Alentejo). Dans les zones rurales, le liège était largement appliqué, en particulier dans la couverture des bâtiments, mais aussi dans les murs et les cloisons (de liège et de terre). On trouve aussi d'autres applications – en garnitures, plafonds et planchers – surtout dans les maisons des petits centres urbains du centre et sud du Portugal – certains d'entre eux qualifiés – et aussi dans certaines architectures conventuelles.

Mots-clés: Les matériaux de construction, liège, de toiture, murs et cloisons, plafonds, planchers.

